



Câmara Municipal de Missal

Estado do Paraná

12ª SESSÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 28.04.2025**

ATA Nº 19/2025

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Plenário Edmundo Schwendler da Câmara Municipal de Missal, realizou-se a **12ª Sessão Ordinária** do Primeiro Período Legislativo da Primeira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Missal, sob a presidência do vereador **Elias Xavier de Andrade** e com a secretaria do vereador **Maico Luzzi**. O presidente cumprimentou os vereadores, as pessoas presentes e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Em seguida, com as bênçãos divinas, declarou aberta a sessão e passou ao **PEQUENO EXPEDIENTE**, no qual o vereador Jair Bogler realizou a leitura de um texto bíblico. Na sequência, procedeu-se à assinatura do termo de presença, contando com a participação dos vereadores: Custódio Luiz Reis Lima, Elias Xavier de Andrade, Fernando Hartmann, Jair Francisco Rauber, Jair Loreno Bogler, Maico Luzzi, Maria Ivonete Machado, Tarcisio Mascarello e Valentin Kniphoff. Após a confirmação do quórum, o presidente submeteu à discussão e aprovação a ata da sessão anterior, 11ª Sessão Ordinária. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada. No **GRANDE EXPEDIENTE**, ocorreu a segunda discussão e votação do **Projeto de Lei nº 14/2025/E** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a Proceder à Doação para o Provopar. O secretário leu a justificativa, bem como os pareceres das comissões e o parecer jurídico, sendo todos favoráveis. Na discussão do projeto, o vereador Jair Rauber se manifestou e, em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou à única discussão e votação do **Requerimento nº 04/2025** — Os vereadores Valentin Kniphoff, Maria Ivonete Machado e Fernando Hartman — Requerem que a Prefeitura Municipal de Missal, forneça cópias dos documentos relativos ao contrato nº 489/2023, referente a obra que se inicia no Portão Ocoi até a linha Jacutinga. O secretário leu o requerimento e, em ampla discussão, manifestaram-se e teceram comentários os vereadores Custódio Luiz, Valentin Kniphoff, Maria Ivonete, Jair Bogler e Maico Luzzi. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Concluídas as matérias do Grande Expediente, o presidente passou às **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, momento em que o vereador Maico Luzzi solicitou autorização para se ausentar da sessão em razão de outros compromissos, tendo seu pedido sido atendido pelo presidente. Em seguida, o presidente convidou o vereador **Fernando Hartmann** para fazer uso da tribuna. Em seu discurso, o vereador agradeceu o apoio recebido ao requerimento relacionado à situação das estradas, destacando que a demanda partiu da população e que é papel do vereador fiscalizar. Reafirmou seu compromisso com o bem-estar de Missal e com a boa aplicação dos recursos públicos,

defendendo a união dos nove vereadores em prol do desenvolvimento do município. Na sequência, abordou o tema principal de sua manifestação: a educação. Declarou considerar essa pasta uma das mais importantes do município, afirmando que a educação é a base de tudo. Com orgulho, mencionou que Missal é referência em qualidade de ensino na região, destacando a nota 72 obtida no IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica —, resultado que, segundo ele, só foi alcançado graças ao esforço de toda a comunidade escolar, incluindo professores, coordenadores, diretores, merendeiras, equipe de limpeza e demais servidores envolvidos no processo educacional. Parabenizou toda a equipe da educação pelo resultado obtido, lembrando que também é educador e conhece a realidade da sala de aula. Relatou que, nos últimos dias, foi procurado por diversos professores e educadores que confiaram em seu mandato como representante da classe. Segundo o vereador, esses profissionais buscaram apoio diante das dificuldades enfrentadas para garantir a valorização profissional, especialmente quanto ao pagamento do piso salarial previsto na Lei nº 11.738/2008, que estabelece o piso nacional dos professores, sua jornada de trabalho, o plano de carreira e a atualização anual, a ser realizada sempre no mês de janeiro. O vereador lamentou que, no município, os educadores estejam sendo obrigados a recorrer à Justiça para assegurar um direito legalmente garantido. Comentou que alguns professores passaram a receber o piso somente por meio de decisão judicial, enquanto outros foram informados de que somente o receberiam caso ingressassem com ação judicial. Destacou os prejuízos emocionais, psicológicos e financeiros decorrentes dessa situação. Questionou por que tal direito precisaria ser judicializado e criticou o que classificou como incoerência por parte da gestão municipal, a qual, segundo ele, afirma priorizar a educação, mas não valoriza adequadamente os educadores. Enfatizou a necessidade de planejamento financeiro para que os professores sejam remunerados com dignidade e colocou-se à disposição da administração para auxiliar nesse processo, especialmente por também atuar como professor de educação financeira. Afirmou que, sem professores, não há aprendizado, transformação social ou futuro. Defendeu que valorizar a educação significa pagar os professores de forma justa e sem burocracia, reconhecendo o papel essencial que desempenham. Alertou, ainda, que o município estaria perdendo profissionais qualificados para cidades vizinhas, como Itaipulândia, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu, onde, segundo ele, os professores são mais valorizados. Recordou que o pagamento do piso salarial havia sido uma promessa de campanha, com previsão de início em janeiro, o que não se concretizou, gerando insatisfação na categoria. Finalizou sua fala fazendo um apelo à gestão municipal, solicitando um olhar mais humano e justo para com os profissionais da educação. Ressaltou que os professores não estão pedindo privilégios, mas apenas o cumprimento de um direito básico. Afirmou que, somente com respeito e valorização dos educadores, será possível afirmar, com orgulho, que Missal valoriza a educação. Na sequência, o vereador **Jair Loreno Bogler** fez uso da palavra e registrou que, naquela data, comemorava-se o Dia da Educação, estendendo seus parabéns a todos os envolvidos com a área, com destaque especial para professores, diretores, pedagogos e demais profissionais da educação. Mencionou também o papel fundamental dos pais, referindo-se a estes como os primeiros educadores. Afirmou que a educação é a base da sociedade e que merece ser tratada com prioridade. Em seguida, falou na condição de profissional da área da saúde, reiterando seu apoio aos profissionais do setor e aproveitou para fazer um apelo não apenas ao governo municipal e estadual, mas especialmente ao governo federal, que, segundo ele, teria promovido uma desorganização com a instituição do piso nacional da enfermagem, até então não devidamente cumprido. Manifestou apoio à fala do vereador Fernando Hartmann no que

se refere ao piso salarial dos professores, acrescentando que, conforme seu entendimento, o piso havia sido instituído por decreto presidencial em 2020, porém sem a devida definição da fonte de custeio. Relatou que, segundo informações obtidas, 70% dos recursos do FUNDEB deveriam ser destinados à remuneração dos professores, e os outros 30% a investimentos na educação, mas que, muitas vezes, tais recursos não chegavam efetivamente aos cofres dos municípios. Informou que havia participado recentemente de uma agenda em Curitiba, onde tomou conhecimento das dificuldades enfrentadas por diversos municípios nas áreas da saúde e da educação. Mencionou que, durante uma palestra, o palestrante destacou a existência de fontes de recursos pouco conhecidas, inclusive por prefeitos e deputados, e que apenas dois municípios do Paraná estariam acessando tais recursos. Relatou que o grupo de Missal convidou o palestrante a visitar o município para auxiliar na busca por esses recursos, e afirmou que colocaria seu mandato à disposição, assim como acreditava que o Poder Legislativo também o faria, para que o piso salarial nacional da enfermagem e dos professores fosse devidamente cumprido. Comentou que o município de Missal já cumpria integralmente o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Considerou essa situação injusta e destacou a necessidade de maior comprometimento por parte da esfera federal, afirmando que muitos municípios do Paraná não conseguiam arcar com dois terços dos valores exigidos pelos pisos nacionais. Parabenizou todos os educadores e, em referência ao Dia do Trabalhador, comemorado em 1º de maio, estendeu suas congratulações a todos os trabalhadores, ressaltando que são eles que mantêm uma nação de pé. Reforçou a importância do trabalho para a dignidade das famílias e destacou a necessidade de uma remuneração justa, capaz de garantir condições básicas de vida. Fez, ainda, menção à origem histórica da data comemorativa. Por fim, relatou um episódio envolvendo a Copel, no qual um boi de seu vizinho morreu após receber uma descarga elétrica oriunda de um poste. Criticou o tempo excessivo — mais de oito horas — para o atendimento da ocorrência, bem como a ausência de medidas ágeis por parte da companhia. Lamentou também a demora na realização de um serviço por ele anteriormente solicitado, referente à troca de um padrão de energia em um campo de futebol, serviço que levou cerca de 180 dias para ser parcialmente executado, sem a devida conclusão. Destacou que o problema não reside nos trabalhadores da Copel, mas sim na burocracia e na lentidão do sistema. Encerrou sua fala reiterando suas congratulações aos educadores e trabalhadores do Brasil e do município de Missal. Encerradas as manifestações na tribuna, o presidente parabenizou a organização da 22ª Deutsches Fest e declarou encerrada a sessão.